



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANDREI MAZZOLA DE JESUS DIAS

**“LIBERTAÇÃO FICTICIA”: MEMÓRIA DO CENTENÁRIO E A TRAJETÓRIA DE
LUTA DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE (1986-1988)**

CAMPINA GRANDE

2023

ANDREI MAZZOLA DE JESUS DIAS

“LIBERTAÇÃO FICTICIA”: MEMÓRIA DO CENTENÁRIO E A TRAJETÓRIA DE LUTA DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE (1986-1988)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão

CAMPINA GRANDE

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D5411 Dias, Andrei Mazzola de Jesus.
"Libertação fictícia" [manuscrito] : memória do centenário e a trajetória de luta do movimento negro de Campina Grande (1986-1988) / Andrei Mazzola de Jesus Dias. - 2023.
24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão, Departamento de História - CEDUC. "

1. Movimento negro. 2. Memória. 3. Campina Grande - Paraíba. 4. Ações políticas. I. Título

21. ed. CDD 305.8

ANDREI MAZZOLA DE JESUS DIAS

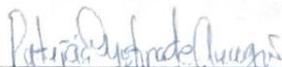
"LIBERTAÇÃO FICTICIA" MEMÓRIA DO CENTENÁRIO E A TRAJETÓRIA DE
LUTA DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE (1986-1988)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado à
Coordenação /Departamento do
Curso História da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
licenciatura plena em História.

Área de concentração: História.

Aprovado em: 09/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

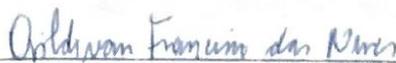


Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Documento assinado digitalmente
MARGARETH MARIA DE MELO
Data: 06/09/2023 11:21:27 -0300
Verifique em <https://validar.sfi.gov.br>

Profa. Dra. Magareth Maria de Melo (DE/UEPB)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Gildiván Francisco das Neves (DH/UEPB)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA LUTA DA NEGRITUDE.....	08
3. PRÁTICAS POLÍTICAS DE COMBATE AO RACISMO EM CAMPINA GRANDE.....	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
5. REFERÊNCIAS.....	23

“LIBERTAÇÃO FICTICIA” MEMÓRIA DO CENTENÁRIO E A TRAJETÓRIA DE LUTA DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE (1986-1988)

“FICTIONAL LIBERATION” MEMORY OF THE CENTENARY AND THE STRUGGLE TRAJECTORY OF THE BLACK MOVEMENT OF CAMPINA GRANDE (1986-1988)

Andrei Mazzola de Jesus Dias¹

RESUMO

Neste artigo tencionamos refletir sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, a partir da realidade da cidade de Campina Grande – PB, tendo como foco a ação do movimento negro na cidade no contexto de 1986-1988. A investigação ressaltou a memória de luta e resistência da negritude organizada na cidade, assim como as suas ações de protesto ou formação política, debates e palestras com intuito de fomentar o debate racial, compreendendo o Movimento Negro como um agente educador da sociedade que desconstrói as ideologias de harmonia social e racial no país em busca da igualdade racial. Nos orientamos a partir dos conceitos de memória, movimento negro, cidade e o uso de imagens pela história com HALBWACHS (1990), GOMES (2019), FERNANDES (2011), MONTEIRO (2006). Para a pesquisa documental tivemos acesso ao acervo Átila de Almeida disponível na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em que utilizamos o acervo do jornal Diário da Borborema, assim como nos embasamos em uma pesquisa bibliográfica acerca do tema. A partir destes estudos podemos entender como o movimento negro articulou na cidade e deu visibilidade a discussão racial se organizando conjuntamente com demais coletivos sociais, realizando ações políticas de resistência como a de se opor a narrativas instituídas pelas classes dominantes acerca do 13 de maio e da abolição da escravidão.

Palavras-chave: Movimento Negro. Memória. Campina Grande. Ações políticas.

ABSTRACT

In this article we intend to reflect on the Centenary of the Abolition of slavery in Brazil from the reality of the city of Campina Grande - PB, focusing on the action of the Black Movement in the city in the context of 1986-1988. The investigation highlighted the memory of struggle and resistance of organized blackness in the city, as well as its protest actions or political formation, debates and lectures with the aim of promoting racial debate, understanding the Black Movement as an educating agent of society that deconstructs the ideologies of social and racial harmony in the country in search of racial equality. We were guided by the concepts of memory, black movement, city and the use of images by history with the authors Halbwachs (1990), Gomes (2019), Fernandes (2011), Monteiro (2006). For the documentary research we had access to the Átila de Almeida collection, available at the Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) in which we used the collection of the newspaper Diário da Borborema, as well

¹ Graduando em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: andreimazzola@gmail.com.

as we based this paper on a bibliographical research on the subject. From these studies we understood how the Black Movement was articulated in the city and gave visibility to the racial discussion, organizing itself together with other social collectives, carrying out political actions of resistance such as opposing the narratives instituted by the dominant classes about the 13th of May and the abolition of slavery.

Keywords: Black Movement. Memory. Campina Grande. Political actions.

1. INTRODUÇÃO

Brasil, um país que por mais de 300 anos manteve um regime escravista, obrigando os africanos e seus descendentes a trabalharem forçadamente, com extenuantes horas de trabalho e demasiadas formas de tortura. Ele foi também um dos países que maior resistência produziu contra tal adversidade, a exemplo do Quilombo de Palmares, uma das maiores e mais longas lutas de escravizados das Américas no século XVII. Tal reino negro reuniu os fugitivos do sistema escravista para realizar uma nova organização da vida, liberta da escravidão e da venda de pessoas como mercadoria. Com terra para plantar e colher, não apenas monocultura de açúcar para exportação e enriquecimento, mas sim uma diversidade de plantio, com objetivo de alimentar seu povo, sem o intuito de apenas lucrar com tal atividade (GALEANO, 2018).

Foi justamente lembrando períodos da história como esses, de luta e de resistência dos africanos e de seus descendentes, que o Movimento Negro no Brasil atuou de forma a trazer as reivindicações do povo negro e suas condições específicas, vivenciadas no país, para o centro do debate nacional e buscou conquistar avanços na luta antirracista e por melhores condições de vida para o povo brasileiro e especialmente para a população negra, que é, segundo senso do IBGE, a maioria da população brasileira, formada por pessoas que se autodeclararam pardas e pretas². O Movimento Negro brasileiro se organizou politicamente desde o início da República (1889), no entanto, foi a partir da década de 1970 e 1980 que a luta foi nacionalizada e tornada ampla com objetivo de conquistar diversos espaços na sociedade:

Principalmente no início da década de setenta é que se retomam novamente as discussões para a disseminação de um Movimento Negro Nacional: as deliberações, então, não supunham a criação de um partido, mas a ocupação pela Comunidade Negra [...] de bancos de escola e universidade, setor de serviços, setor cultural, setor religioso, parlamento etc. (PIMENTEL, 1998, p.39).

Percebe-se que a estratégia do Movimento Negro desse período era justamente ocupar os espaços sociais, buscando, com esta ação, diminuir a desigualdade racial nos espaços de poder da sociedade brasileira. Entre os movimentos que tiveram maior destaque nacional, um dos mais importantes foi o Movimento Negro Unificado (MNU) que unificou a luta e a nacionalizou com demandas e pautas que foram adotadas por diversos outros movimentos pelo país.

² “Os negros representam a maioria da população brasileira. Segundo o IBGE, 56,1% dos brasileiros se declaram negros, grupo que reúne pretos e pardos”. Fonte: Agência Senado, 11/08/2020.

Dentre elas destacamos: se opor ao 13 de maio e instituir o 20 de novembro como a data para refletir sobre a situação do negro no Brasil e, se contrapor a marcos definidos pela classe dominante e pela História oficial, que fixaram, nas páginas dos livros de história, os grandes feitos de reis e rainhas brancos e da elite.

Tivemos como base orientadora da pesquisa o seguinte questionamento: de que modo as atividades e ações do Movimento Negro em Campina Grande, no evento dos 100 anos da abolição, contribuíram, na memória social da cidade, para a luta antirracista?

Como objetivo geral propusemos refletir sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, a partir da realidade da cidade de Campina Grande – PB, tendo como foco a contribuição do Movimento Negro neste município no contexto de 1986-1988, para a memória social da cidade e luta antirracista. Como objetivos específicos tivemos por foco problematizar o lugar do Movimento Negro na luta antirracista e as suas ações na memória social de Campina Grande; perceber o Centenário da Abolição a partir da cidade como fundamental para compreender ação do Movimento Negro e os desafios e enfrentamentos das pessoas que se articularam em torno deste evento e, por fim, mostrar a dimensão política do grupo que se organizou para as atividades do Centenário na cidade.

O nosso recorte temporal se debruça sobre o período de 1986 a 1988, por buscar entender o trajeto tomado pelo movimento e sua ação no ano do Centenário da Abolição, refletindo sobre a “libertação fictícia” no contexto deste intervalo de tempo.

Com este trabalho, pretendemos, então, enriquecer a pesquisa campinense no campo da História Social, trabalhando com a cidade de Campina Grande, Paraíba e percebendo o aparecimento e atuação do Movimento Negro de Campina Grande (MNCG). Compreende-se, através da pesquisa, que desde 1986, data a criação do Movimento na cidade, a sua maior efervescência ocorreu em 1988 pelo motivo do Centenário da Abolição da Escravidão (1888-1988).

Compreendemos História Social como um campo teórico abrangente de possibilidades como afirma José de Assunção Barros que:

Thompson é um dos autores que melhor representam esta tendência da História Social que gradualmente se afirma em direção a complexidade e ao tratamento das sociedades como realidades dinâmicas e vivas – como processos – e não apenas como descrições de estruturas perfeitas como se fossem relógios, mas abstraídas da realidade humana (BARROS, 2005, p.17)

Portanto este domínio teórico da historiografia ressalta a complexidade da realidade social e seus processos dinâmicos e não lineares ou com fórmulas perfeitas para a compreensão histórica, mas sim uma teoria afinada com uma sensível compreensão da sociedade em suas mais diversas dinâmicas, processos e particularidades, no caso em questão a cidade de Campina Grande e o Movimento Negro em atuação no município.

Fixamos nossa pesquisa neste evento dos 100 anos da Abolição da Escravatura e nas suas repercussões na cidade a partir do grupo agitador desta temática que foi o Movimento Negro: o possibilitador do diálogo com a população campinense sobre a situação do negro no Brasil e suas implicações na sociedade, suas raízes africanas e as formas de luta e resistência exercidas na História do Brasil.

A minha oportunidade de me aproximar de tal tema de pesquisa ocorreu por ter a experiência, como estudante do curso de História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), de me deparar com um verdadeiro universo de possibilidades temáticas, de assuntos debatidos nas ementas dos componentes curriculares mediados pelos mestres e doutores da referida Instituição. Ao me aproximar dos projetos e cursos de extensão organizados pela professora Patrícia Cristina de Aragão, me vi diante de leituras sobre as relações étnico-raciais, as tensões raciais presentes no Brasil e sobre como educar, como futuro professor, esta sociedade para caminhar rumo a uma erradicação de práticas como o racismo e a discriminação racial.

Neste contexto, fiz parte de projetos que trabalharam a história do negro no Brasil, as relações étnico-raciais no campo da educação antirracista e suas atuações como presente ator no meio social. Participei também de alguns congressos, levando esta temática para debate e aprofundamento dos meus conhecimentos na área.

Tais leituras fizeram eu me identificar enquanto negro e perceber que sempre fui o “moreno”, para não ser chamado de negro, pois temos, no Brasil, uma tendência a esconder a negritude ao invés de afirmá-la, por isso se tenta embranquecer o negro com adjetivos outros, que não negro ou preto.

Como “justificativa” o senso comum diz que nem se é tão escuro, nem tão claro, e isto é fruto justamente da miscigenação que passamos enquanto nação (resultado, sobretudo, de muita violência no período escravista). Tais discursos estão enraizados na sociedade e fazem parte do que Florestan Fernandes nos apontava como a democracia racial, que se tornou ideologia operante na configuração da dominação de classe e de raça na sociedade brasileira, que é profundamente mestiça, mas que não vivencia tal harmonia social e racial instituída (FERNANDES, 2017).

A democracia racial foi amplamente utilizada para negar a existência do racismo no Brasil e, com isto, ter a justificativa ideológica para combater os movimentos sociais que se organizavam para lutar contra o racismo, buscando, através das suas reivindicações, desnudar a ideologia da democracia racial, ou o “mito” da democracia racial, como Florestan Fernandes chamou, para buscar melhores condições de vida para o povo negro no país:

Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamento e “valores” de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da “raça branca”, embora em prejuízo fatal da nação (FERNANDES, 2017, p. 30).

Em nossa pesquisa percebemos que o Movimento Negro se opôs a tal situação de aceitar o “mito” da democracia racial e se opôs ao marco histórico instituído pela classe dominante, do 13 de maio de 1888, pois esta era mais uma forma de operar da ideologia, criando uma data que afirma uma falsa liberdade do negro que continua marginalizado na sociedade. Então “os negros preferem o 20 de novembro”, como afirmavam as páginas do jornal Diário da Borborema que, ao cobrir um protesto na Praça da Bandeira, no centro da cidade de Campina Grande em um ato contra a comemoração dos 100 anos da abolição, afirmava:

Os integrantes do Movimento Negro de Campina Grande realizaram ontem, manifestações de repúdio à data oficial de hoje, que marca os 100 anos da Abolição da Escravatura, e em contrapartida, exaltaram como a data

significativa 20 de novembro, que lembra a morte do líder Zumbi (DIAS; CARDOSO, 2021, p.396).

Com esta oposição de narrativa, o Movimento Negro fixou sua perspectiva histórica de que não aceita os marcos definidos pela classe dominante, desse modo, na cidade foi organizada uma comissão com diversas entidades do meio cultural, artístico e religioso para se opor a situar tal marco no Estado como símbolo para o povo negro. Esta discussão aprofundamos no tópico do texto, em que trabalhamos com as “Ações políticas de combate ao racismo em Campina Grande”

Neste mesmo intuito, em que o Movimento Negro de Campina Grande buscou trazer a discussão racial para a sociedade campinense e através de protestos em praças, ciclos de debates e textos em jornais, ele buscou pautar as questões raciais pertinentes para se avançar em políticas em prol da igualdade racial, demonstrando que:

O principal feito do protesto negro configura-se na elaboração de uma contraideologia racial. Por um jogo dialético, o farisaísmo do branco rico e dominante era tomado ao pé da letra; o liberalismo vazio, acima de tudo, via-se saturado em todos os níveis (FERNANDES, 2017, p. 31).

O protesto negro então se configura como uma contra ideologia, uma forma de se opor ao “mito” da democracia racial e de instituir uma narrativa própria e que trate da materialidade da vida da população negra, quebrando com a perspectiva liberal da democracia que pensa em direitos e garantias abstratos, mas que não ganham materialidade na sociedade para realmente servirem à população que necessita de tais garantias.

Nesta pesquisa trabalhamos com fontes documentais do arquivo de Átila de Almeida, disponível na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tivemos acesso aos jornais do Diário da Borborema, em que realizamos pesquisas no recorte temporal dos anos de 1986 a 1988, enfatizando, sobretudo, os meses de maio de cada ano. Nos demais meses são praticamente nulas as informações acerca dos negros e suas organizações sociais na cidade. Tais discussões aprofundamos no próximo tópico, em que tratamos das “Memórias e resistências da negritude”.

O artigo está organizado em duas seções, uma intitulada Memória e resistência na luta da negritude, na qual dialogamos com as ações políticas do Movimento Negro na cidade, sobretudo na organização dos 100 anos do Centenário da Abolição. Na outra seção: Práticas políticas de combate ao racismo em Campina Grande, apresentamos o conjunto de ações políticas com viés antirracista.

2. MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA LUTA DA NEGRITUDE

Campina Grande é uma cidade de porte médio, localizada no agreste paraibano. Ela foi também o chão de memórias e resistências em relação à luta dos negros e não negros organizados em movimentos sociais e culturais contra o racismo e a discriminação racial na década de 1980. Mais especificamente nos anos de 1986 a 1988. Buscamos refletir como se estabeleceu, na cidade, a partir do Centenário da Abolição, uma luta antirracista, uma cultura política enfática que buscou debater, discutir e educar a sociedade sobre o negro e sua luta por emancipação no meio social.

Neste tópico pretendemos perceber como os negros e não negros atuaram, a partir da consciência racial, para chamar a atenção da população campinense sobre

o racismo e a discriminação presentes na sociedade, como também positivaram as formas de luta e resistências negras na história. Desse modo, atuaram exigindo direitos e garantias para as populações marginalizadas da cidade que, como percebemos no Brasil, são em sua maioria negras e moram nas zonas mais vulnerabilizadas socialmente, sendo alijadas de seus direitos constitucionais como de cidadania que, inclusive, haviam sido garantidos formalmente na Constituição de 1988, ano do Centenário da Abolição da Escravatura: 1888-1988, contexto da temática que aqui estamos discutindo.

Pensando o conceito de memória, evidenciamos neste trabalho que a memória é uma construção coletiva e que diz respeito a alguns grupos que, por afinidade e identificação, no caso em tela a luta contra o racismo, se uniram e formaram memórias de resistência que potencializaram no presente a ideia de um passado que foi de busca por um futuro melhor e mais sadio para o povo negro viver, estudar, se afirmar enquanto negro e conhecer mais a sua ancestralidade e potência criadora como sujeito social crítico que atua no meio e o transforma, não sendo apenas objeto da História.

O Movimento Negro construiu um consenso, um horizonte comum de luta que aglutinou a questão de raça como foco potencializador de suas ações, reivindicações e identidade a ser respeitada e reconhecida no meio social, pressionando o Estado e os poderes públicos a realizarem políticas que garantissem melhorias ao povo negro. Portanto, a memória perpassa diversas situações: memórias de afeto, companheirismo, saudade, tristeza e mesmo de violência ou repulsa.

A memória pode estar ligada, na pesquisa historiográfica, às narrativas orais. Segundo Maurice Halbwachs, para que exista a lembrança que vai acionar a memória, há de existir uma “comunidade afetiva”, ou seja, para que permaneça uma memória, teve que existir troca de afetos com aqueles que fizeram parte de um mesmo grupo, pois:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1990, p.34).

Assim, a memória parte também de um coletivo em afeto, de pessoas em um grupo que foram afetadas pelo tempo em que viveram e nele se viram “fazendo história”. Desse modo, a memória é um conceito que devemos problematizar no sentido de compreender que é também político. Perceber, inclusive, sua utilização de maneira a garantir a memória de alguns grupos e de outros não, como a memória das populações marginalizadas e dos grupos minoritários (no sentido de representação política) que foram esquecidas ou apagadas pela história oficial e que são rememoradas e evidenciadas apenas quando trabalhamos com uma história a contrapelo, como propõe Benjamin (1987) e que aqui compartilhamos de sua concepção de história: de que deve se utilizar das memórias dos vencidos em uma ação de contra narrativa, fórmula que percebemos ser utilizada pelo Movimento Negro de Campina Grande na sua contra narrativa ao 13 de maio de 1888 na cidade.

Pois tal concepção de História nos alerta para a construção de uma memória de resistência, evidenciando que quando a classe dominante vence “nem os mortos estão a salvo”, ou seja, a memória é deturpada, vilipendiada, elástica e pode ser utilizada pelos interesses da classe dominante. Em outras palavras, grandes empresários, políticos que representam tais elites, para legitimar uma nova ordem estabelecida, para que a história seja contada à sua maneira, com objetivos de classe, dando ênfase apenas aos fatos “heroicos” de sua classe social.

Foi desse modo que os negros foram marginalizados do processo de abolição da escravidão na História do Brasil, enfatizando uma memória dos líderes brancos como a Princesa Isabel e demais políticos, advogados e membros da elite branca da época:

Tratava-se de uma revolução das elites e para as elites; no plano racial, de uma revolução do BRANCO para o BRANCO, ainda que se tenha de entender essa noção em sentido etnológico e sociológico (FERNANDES, 2017, p.30).

O 13 de maio então nada tinha de uma libertação para os negros, mas sim uma política de introdução em uma nova base econômica para as elites, que implicava em sair do escravismo para o capitalismo nos trópicos.

Deve-se destacar, então, uma outra memória de resistência, em Campina Grande. Esta memória de resistência nos foi evidenciada a partir dos movimentos sociais e de seus representantes que durante a pesquisa bibliográfica e em jornais observamos que eram, em sua maioria, professores universitários e intelectuais negros e não negros que objetivaram trazer visibilidade para as questões que afligiam o povo negro campinense. Entre os professores universitários da UEPB estavam Margareth Maria de Melo, Josemir Camilo e Luciano Mendonça. No meio artístico e cultural temos como principal nome o Mestre de capoeira Sabiá, do grupo Badauê-Palmares.

O Movimento Negro campinense buscou articular a luta de forma a trabalhar com a conscientização da população acerca das suas condições de vida e como estas foram legadas de um passado colonial e de uma constante marginalização dos debates e políticas contra o racismo, um dos maiores e mais antigos problemas de nosso país que por muito tempo foi marginalizado do debate nacional, ou quando encarado, visto como menos pior que o racismo nos Estados Unidos da América (EUA) ou na África do Sul no Apartheid, pois aqui não havia segregação em forma de lei após a abolição, que existiu nesses demais países.³ Assim o Movimento Negro instituiu algumas diretrizes para se guiar:

1- Pesquisar a contribuição do NEGRO no processo histórico brasileiro e, em particular, em Campina Grande; 2- resgatar na memória da comunidade os heróis negros marginalizados pela ideologia dominante; 3- Comprovar a participação do negro nos processos políticos, culturais, artísticos e educacionais; 4- desmitificar o 13 de maio; 5- divulgar o 20 de novembro como data magna da negritude brasileira (RIBEIRO, 2014, p. 26).

³ O apartheid foi um regime de segregação racial instaurado na África do Sul desde 1948 até meados dos anos 1990 em que se restringia a liberdade do povo negro em diversos espaços sociais, políticos e culturais no país. Tal situação só foi superada após a eleição de Nelson Mandela e dissolução das leis segregacionistas, já em 1994. Nos EUA haviam as leis Jim Crow (1955) que legalizaram a segregação no sul do país

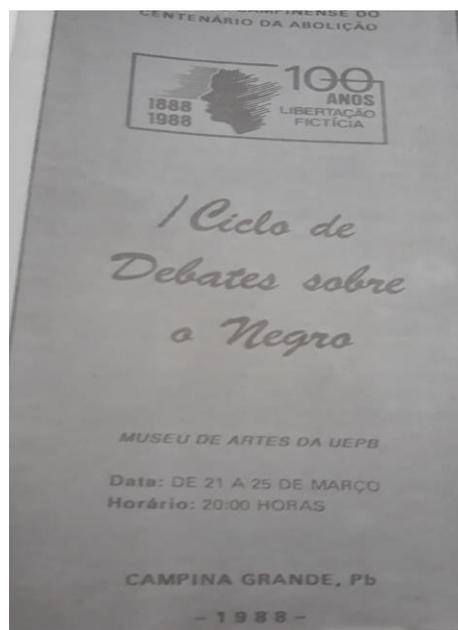
Foi nesse sentido que o Movimento Negro campinense MNCG em 1988 atuou e buscou realizar pesquisas acerca da contribuição dos negros no país, valorizando a identidade negra, uma memória de luta e resistência e evidenciando o 20 de novembro.

Com este intuito foi realizado o “I ciclo de debates sobre o negro”, que ocorreu dos dias 21 a 25 de março em Campina Grande, especificamente no Museu de Artes da UEPB, discutindo temas como *A mulher negra*, ou seja, um recorte de gênero sobre a questão racial, apoiando-se conjuntamente em uma análise de classe, raça e gênero que foi debatida com os participantes do evento através de um vídeo reproduzido que tratava das situações que eram enfrentadas pela mulher negra na sociedade.

Outras temáticas debatidas foram a *África contemporânea*, o *Quilombo dos Palmares* e *O negro no mercado de trabalho*, temas de extrema valia para a comunidade negra e sua formação política, sobretudo.

Como forma de organizar e divulgar este ciclo de debates foi criado um material impresso que foi distribuído com as datas, local e horário que os palestrantes do evento iniciariam os debates:

Imagem 1 - Material de Divulgação do I Ciclo de Debates sobre o Negro, Campina Grande, PB, 1988



Fonte: Acervo do Prof. Josemir Camilo, s.d..

Interessante observar o material impresso que possui como frase de forte teor político e de resistência a chamada: *1888-1988. 100 anos: libertação fictícia* e possui a silhueta de um homem negro em perfil. Analisando tal material, percebe-se que o mesmo possui a ordem dos debates que ocorreriam, juntamente com as temáticas a serem debatidas e os palestrantes que mediarão tal debate.

Já em uma análise espacial de tal material percebe-se que o ambiente que se realizou tal debate foi em um museu da Universidade, ou seja, no meio universitário, como afirmamos, o movimento negro campinense possuía em maior destaque professores universitários, e neste evento em especial estiveram

presentes os Movimentos Negros de Recife e o de João Pessoa, demonstrando uma articulação entre Pernambuco e Paraíba na luta contra o racismo.

Através principalmente da educação, da discussão de temas como *O Quilombo dos Palmares*, *O líder Zumbi*, *A África contemporânea* e *A mulher negra na sociedade*, fugindo da perspectiva escravista e do negro apenas cativo e passivo, o Movimento Negro foi articulando encontros para verbalizar o conhecimento sobre tais temáticas e fortificar a luta antirracista na cidade e no Estado.

Nota-se, dessa forma, um corpo intelectual que estava a pensar nas questões raciais no Brasil e na cidade. Estes que vão de encontro às diretrizes do Estado de legitimar o 13 de maio como data comemorativa no país, pelo contrário, inclusive buscando potencializar o 20 de novembro como marco de luta do povo negro, pois enfatiza o Quilombo de Palmares, Zumbi e sua luta como líder quilombola na busca da construção de uma sociedade livre da opressão escravista.

Pensando a cidade de Campina Grande, objetivamos refletir sobre em que ambiente foi possível surgir o movimento negro no município. Nesse sentido, pensando o conceito de cidade, podemos afirmar que a cidade na historiografia não é mais apenas um pano de fundo ou um *locus* para os acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, mas sim um personagem ativo que possui representações de si mesma a partir de determinadas posturas de pesquisa, como aparece em determinados meios de comunicação, e que interesses busca com sua narrativa (FERNANDES, 2011).

A partir desta definição, buscamos perceber como Campina Grande era representada e anunciada nos jornais da época ou através dos intelectuais, que visão se manifestava da cidade e como o Movimento Negro buscou espaço nesse meio urbano. Historicamente reconhecida, pelo seu comércio algodoeiro, como “rainha do algodão”, elevada a postos de nível internacional, a cidade na década de 1980 se mostrava como novidade e atração para aqueles que vinham do interior do Estado, buscando construir sua vida na “Liverpool brasileira”:

Os tempos áureos do algodão, das grandes indústrias ou do comércio atacadista, marcaram épocas de prominência e destaque econômico na cidade. Campina Grande, simbolicamente, fora apelidada de “Liverpool brasileira”, alusão ao posto ocupado dentre as maiores praças algodoeiras do mundo. No setor industrial, por tamanho destaque, o padrão seria muito comparado com quadros industriais da capital do estado, de maneira que a cidade interiorana detinha a maior participação no conjunto de produção e arrecadação do Estado. Por tal relevância, chegava a meados do século XX, disputando a posição entre as cidades de maiores referências locais e regionais, tornando-se a mais promissora do interior nordestino (SILVA, 2018, p.2).

Como foi um polo industrial e se localiza entre o litoral e o sertão, Campina Grande abrigava muitos novos habitantes que chegavam do interior do Estado em busca de emprego, pois a “rainha do algodão” e cidade com “oportunidades” de trabalho tinha sim muito trabalho, mas trabalho precarizado e pesado como o dos “chapeados” que descarregavam caminhões, levando a mercadoria na cabeça, suportando muito peso e longas jornadas de trabalho, o que fazia desse tipo de trabalho a opção que restava para a população recém chegada e “matuta” na cidade:

Na década de 1980, a cidade contava com uma população de mais de duzentas e cinquenta mil pessoas. Um aumento real de quase trinta por cento em relação à década de 1970. Campina Grande, de fato, inchava, à

medida que vários municípios paraibanos tiveram sua população diminuída, a exemplo Alagoa Grande, Alagoa Nova e Areia. Evidenciando, pois, que boa parte dos imigrantes, que aumentavam o fluxo habitacional de Campina, provinham de municípios com aspectos rurais. Dessa forma, deduz-se que nesse magote de gente que saíam das Zonas Rurais para tentar a sorte em Campina Grande, vieram muitos desempregados ou famílias inteiras à procura de serviços. E foi nesse cenário que muitos encontraram no ofício de **chapeado** alternativas de subsistência (SILVA, 2018, p.3).

Compreende-se, desse modo, que, aos marginalizados, sem muita instrução, sobravam os piores afazeres da cidade, como o trabalho dos chapeados que eram carregadores de mercadorias e que as levavam normalmente apoiadas na cabeça ao descarregar os caminhões pelo centro da cidade. Neste cenário de crise, advinda da Ditadura Militar (1964-1985), alta nos preços dos alimentos e dificuldade para viver com conforto e facilidade, o Movimento Negro campinense percebeu a possibilidade de questionar e levar a debate mais amplo para a população a situação de exploração e vilipêndio somada ao racismo e à discriminação, pois neste trabalho compreendemos que raça e classe são somadas na forma da exploração capitalista da classe trabalhadora brasileira:

A história do Brasil é repleta de exemplos da relação raça e classe na dominação da classe trabalhadora. Todo o processo de “independência” que culminou na formação de uma Monarquia e na manutenção da grande extensão territorial do Brasil, não se dividindo em várias Repúblicas como no resto da América Latina, só foi possível, por exemplo, por conta da necessidade de se manter a escravidão (Gorender, 2000) e conter as rebeliões negra e popular que estourariam como as Balaiada, Sabinada, Cabanagem e tantas outras (Santos, 2015, p.107).

Raça e classe são somadas na exploração do trabalhador brasileiro. Portanto, no país, a luta por emancipação perpassa para além da classe, se estendendo à raça, como também ao gênero, pois são opressões somadas na estrutura social brasileira. Em um cenário de crise e maiores dificuldades financeiras, Campina Grande ofereceu trabalho informal aos seus novos residentes e em meio a tal complexo foram vistas movimentações de forma geral no país em busca de melhorias para o contexto social imediato e para o campo de direitos e garantias constitucionais:

Mas os anos de 1980, conforme nos diz a cientista política Maria Izabel Mallmann, foram tempos de contradições. Para muitos, uma “década perdida”, visto que, de um lado existiam problemas econômicos, por outro, a forte mobilização em prol da democracia, almejando dias melhores. Entretanto, no entrelaçado fulgor democrático, pessoas menos assistidas e destituídas de trabalho, moradia e infraestrutura básica ansiavam outros interesses. No mesmo contexto de reivindicações em que se clamava por democracia, barulhos outros eram direcionados em prol de sanar problemas pessoais e emergenciais (SILVA, 2018, p.2).

Através desse contexto geral no país entrelaçado em crise e ânsia por melhores dias, Campina Grande vivenciou um processo de favelização, demonstrando o abandono da prefeitura e do Estado em relação aos moradores de bairros periféricos como o bairro da Ramadinha. Nos jornais da época, como o Diário da Borborema, uma preocupação latente se evidencia com este evento de

formação das favelas e a situação a que eram submetidos seus moradores, como a falta de água encanada e assistência médica:

Dezenas de pessoas com latas na cabeça em busca d'água onde quer que ela seja encontrada. Não existe abastecimento d'água na favela nem próximo da mesma. Por conta disso, tão logo amanhece o dia, crianças, mulheres e homens saem com latas para apanhar o líquido nos córregos que correm próximo ou nas casas dos conjuntos distantes mais de mil metros, enfrentando, inclusive, ladeiras e estradas esquisitas [...] não existe posto nem um outro qualquer tipo de assistência à saúde no Ramadinha II. Velhos, crianças, mulheres grávidas e a maior parte da população sofre de inúmeras doenças, sendo uma das principais a fome (DIÁRIO DA BORBOREMA. Especial: Jornal do Bairros, 1988. p.7).

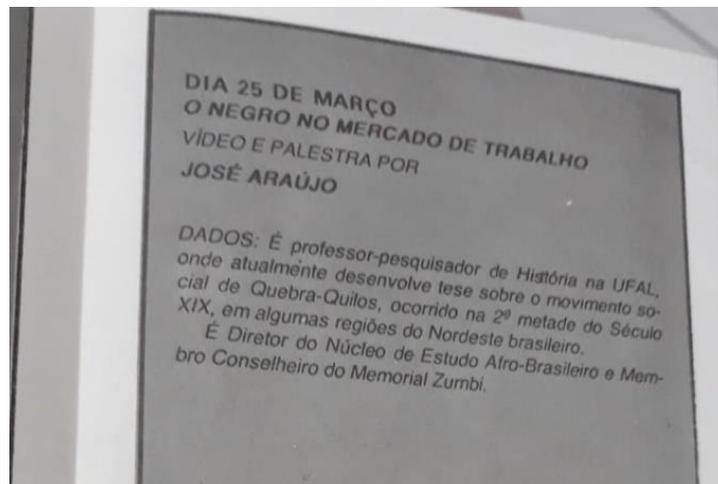
Se faz necessário perceber que nestes espaços estava, majoritariamente, o povo marginalizado e sem assistência do Estado e do município. Nos jornais, como o Diário da Borborema, toda a matéria perpassava por questões sociais e de direitos que eram negados a essa parte da população, mas sem enfatizar um recorte racial, focando apenas em uma análise social, afirmando que naquela região viviam pessoas pobres, sem mencionarem questões étnico-raciais. Esta representação da periferia enquanto fundada em um problema apenas social é um tom importante para se destacar e perceber o silêncio acerca desta análise na matéria.

Foi justamente o Movimento Negro que teve o papel de atuar na direção de construir um discurso em que tenha recorte racial e demonstre as vulnerabilidades em que vive o povo negro campinense. Se constata, portanto, que o Movimento Negro possui uma ação pedagógica no meio social, atuando como educador da sociedade e das suas instituições, como o próprio Estado, para alertar para os fatores raciais da desigualdade social, como mais uma das opressões somadas à classe social na materialidade da vida cotidiana dos afro-brasileiros e brasileiras. Assim nos ensinou Nilma Lino Gomes em sua obra sobre o Movimento Negro como um agente educador primordial da sociedade brasileira, tencionando as relações raciais e enfatizando as contradições sociais referentes ao racismo existente no Brasil desnudando a ideologia de uma democracia racial:

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar de suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (GOMES, 2019, p. 19).

É notório que o Movimento Negro pode atuar como um educador popular e social, e isto se evidenciou em Campina Grande quando o Movimento Negro da cidade organizou o Ciclo de debates que mencionamos anteriormente e uma das pautas foi *O negro no mercado de trabalho*, ou seja, podemos intuir que foram debatidos temas sobre quais trabalhos são destinados ao povo negro na cidade, quais trabalhadores o desemprego mais ataca na cidade e como isto tem uma constância desde o período de abolição da escravatura:

Imagem 2 - Material de Divulgação do I Ciclo de Debates sobre o Negro, Campina Grande, PB. 1988



Fonte: Acervo do Prof. Josemir Camilo, s.d..

O material de divulgação traz muitas informações interessantes acerca do professor palestrante que dava aulas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e que participava de um núcleo de pesquisa afro-brasileiro na universidade, demonstrando espaços conquistados dentro dos meios acadêmicos pelo movimento negro organizado.

O pesquisador trabalhava com um evento importante na cidade de Campina Grande, que foi a Revolta de Quebra Quilos, ocorrida em 1874, na qual populares se contrapuseram às novas formas de pesar e medir suas mercadorias, assim como a arrecadação de impostos que julgavam injusta, jogando tais pesos e medidas dentro do Açude Velho de Campina Grande.

A palestra realizada no ciclo de debates tratou do negro no mercado de trabalho e, a partir disto, podemos pensar que estas discussões trouxeram uma formação política para a população negra campinense acerca das relações de trabalho e do racismo no Brasil. E, como vimos, em Campina Grande sobrava trabalho pesado e formas de sobreviver ligadas a carregar mercadorias de caminhões na cabeça, como faziam os chapeados, em um momento de profunda crise social, política e econômica no país e também na cidade:

Imagem.3 – Leite sofre aumento de 21,8 por cento



Fonte: Foto do autor, 2021. (Acervo Átila de Almeida, Diário da Borborema, Campina Grande, sexta-feira 13 de maio de 1988)

A carestia tomava conta da cidade e pesava no bolso do morador campinense que teria o leite, um dos principais alimentos, que produz diversos outros derivados, mais caro nas prateleiras das mercearias e mercados. O contexto campinense, dessa maneira, foi sendo de carestia, empregos precários, favelização e aumento populacional, se tornando uma cidade maior em número de pessoas ocorrendo, com isto, aumento de suas tensões sociais. Foi nesse contexto que o movimento negro atuou e realizou e exerceu seu papel de formador de consciência racial e fomentador de discussões em busca de melhorias para o povo negro.

3. PRÁTICAS POLÍTICAS DE COMBATE AO RACISMO EM CAMPINA GRANDE

Ao compreender a criação do Movimento Negro na cidade em 1986, nos damos conta de que existia uma demanda social: um contexto de exploração do trabalho, crise social e econômica herdada da Ditadura Militar (1964-1985) e um processo de favelização na cidade. Pois foi nesse momento que surgiu o Movimento Negro de Campina Grande (MNCG): exatamente após o final da Ditadura Militar em 1985, permanecendo, na sociedade, uma série de fatores ligados à criminalização dos movimentos sociais e à despolitização da população a partir do silenciamento e da construção de uma ideia de nação una, sem conflitos raciais ou sociais.

Podemos perceber esta tensão social inclusive nas charges de Fred, que as produzia para o Jornal Diário da Borborema e trazia um pouco da sensibilidade da época e do que estava se discutindo de forma ampla no país, além de suas repercussões na cidade. É assim que ele traz, em uma de suas charges, uma crítica ao Fundo Monetário Internacional (FMI):

Imagem 4 - Charge de Fred sobre o FMI



Fonte: Foto do autor, 2021. (Acervo Átila de Almeida, Diário da Borborema, Campina Grande, segunda-feira, 22 de maio de 1988).

Na charge se vê um membro representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) em que Fred desenha um sujeito de costas e com aspecto de banqueiro sendo indagado por um representante brasileiro que fala de forma irônica e realiza uma crítica ao dizer que somos realmente o país do “FMI”: fome, miséria e inflação. Tal crítica demonstra os dilemas sociais enfrentados à época pelos campinenses, na esfera local, e pelo país, de maneira geral, que eram a fome, a miséria e a altíssima inflação deixada pela Ditadura Militar, o que dificultava a compra inclusive de alimentos:

Em Campina Grande, ao que tudo indica, parece ter existido uma cidade antes, e outra depois, do Regime Militar. As políticas centralizadoras acertaram em cheio o projeto desenvolvimentista da cidade, que por sinal, era desarticulado, já no início dos anos 1970. É o que nos informa o historiador Damiano de Lima, quando, no seu estudo sobre a cidade no período da Ditadura, expõe quadros desfavoráveis e de poucas perspectivas para a “capital do trabalho”, que chega aos meados da década de 1970, mergulhada em grave apatia política e profunda crise econômica, à medida que o projeto de industrialização, proposto pelo município, definhava (SILVA, 2018, p.3).

Foi a partir deste contexto, de alta inflação que o campinense vinha vivendo e tendo o custo de vida ainda mais alto, dificultando o acesso à alimentação mais básica, a compra de produtos de todo tipo para se manter vivo e saudável, que se gerou, inclusive, a criação de favelas, como vimos, pois a cidade crescia e com ela cresciam as condições desfavoráveis para os mais pobres. Assim, pensando o período de transição da Ditadura para o regime democrático no país, em 1986 ainda se sentiam reminiscências do período autoritário: para além da grave crise política e econômica, estava presente uma áurea de silenciamento, militarismo, criminalização de movimentos sociais e sua associação aos “inimigos do Brasil”, “subversivos” e “comunistas”.

Nossa pesquisa busca exatamente atentar para tal situação e como o Movimento Negro atuou a partir desse contexto, perpassando as discussões acerca da negritude e sua luta na cidade de Campina Grande, movimentando a mesma e percebendo como o movimento foi apresentando à comunidade uma leitura crítica acerca dos símbolos instituídos pela elite como ilustres personagens e datas (a exemplo do dia 13 de maio de 1888 que passou a ter tom de comemoração em homenagem à libertação dos africanos e seus descendentes no país pela “redentora”, Princesa Isabel).

O processo de abolição no país levou milhares de pessoas negras para os patamares sociais mais vulnerabilizados, formando, desde então, uma população sem terra, sem acesso aos bens produzidos pelo seu trabalho e vista como um problema a ser retirado do país, pois relembra um passado que a elite dos primeiros anos da República desejava esquecer. Tal gesto ficou muito bem explícito na ação de Rui Barbosa de queimar os papéis que continham as informações sobre a escravidão:

A crônica da escravidão é tão hedionda e tão infame na História do Brasil que, ao ocupar o Ministério da Fazenda, depois da Proclamação da República, Rui Barbosa mandou incinerar todos os papéis escritos que documentavam. Julgava com esse gesto de falso pudor e de hipocrisia diante da História, estar poupando as gerações futuras da memória de seus vergonhosos antecedentes. Melhor teria feito se deixasse intactos e expostos à execração pública os autos do corpo de delito dessa

monstruosidade, para que ardessem para sempre, como ferro em brasa na pele da nação. Talvez assim o país pudesse guardar a marca e o remorso de seus crimes e de seus pecados contra os Direitos Humanos (Discurso proferido na Sessão de 26 de março de 1984 pelo então Deputado, Sr. Lúcio Alcantara (PDS - CE). COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES, Brasília, 1984).

Este discurso, de um deputado cearense no ano de 1984, marcava o Centenário da Abolição da escravidão no Estado do Ceará (1884-1984), um dos primeiros Estados do país a abolir a escravidão. Ele aproveitou tal oportunidade para fazer uma crítica ao apagamento da memória de opressão ao povo negro escravizado no país, com um processo nítido de silenciamento e esquecimento das atrocidades cometidas aos escravizados, tentando “limpar” uma ferida que deveria ser deixada no corpo na nação para que as próximas gerações pudessem sentir a dor e o sofrimento a que passaram os africanos e afro-brasileiros no Brasil.

Com a ação de incinerar os papéis, a elite brasileira traduz muito bem as teses sobre o conceito de História de Benjamin que diz que quando a classe dominante vence “nem os mortos estão a salvo”, a memória e história dos mortos são apagadas ou vilipendiadas em nome dos interesses da classe dominante, desse modo se retirou do conhecimento da sociedade brasileira séculos de sua história que foi apagada em chamas. (BENJAMIN, 1987)

Em Campina Grande, em ação de se contrapor ao apagamento da memória das classes subalternas teve voz a partir da contraposição ao 13 de maio de 1888 e a anunciação do 20 de novembro como “data magna” da população negra. O movimento negro organizou uma comissão do Centenário da Abolição que reuniu doze grupos, tanto políticos, sociais, culturais, artísticos e religiosos que se comprometeram em se alinhar em posição de ataque ao marco do 13 de maio como símbolo de festa e alegria⁴.

Através do Centenário da Abolição (1988), o Movimento Negro de Campina Grande buscou enfatizar a memória de luta popular e resistência negra representada por Palmares e por seu maior líder: Zumbi. Buscando enfatizar a luta antirracista na cidade com exemplos da história do Brasil que muito produziu de resistência e luta contra a escravidão, contra as arbitrariedades das classes dominantes que sempre governou o país com uma forte mão de ferro, com muita violência e repressão a todo tipo de movimento contestatório.

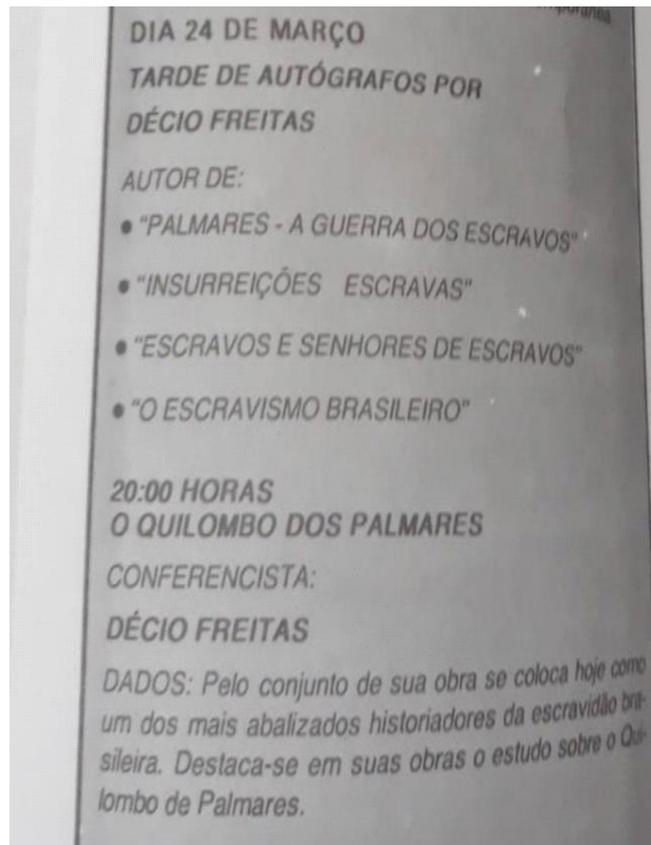
Ao analisar o material produzido pelo MNCG para o I Ciclo de Debates, realizado no Museu de Artes da UEPB em 1988, ano do Centenário da Abolição da escravidão no Brasil, compreendemos como ápice do Ciclo de Debates a conferência realizada pelo historiador Décio Freitas às 20h da noite no dia 24 de março de 1988, que aparece no material como: “[...] um dos mais abalizados historiadores da escravidão brasileira. Destaca-se em suas obras o estudo sobre o Quilombo os Palmares”

O autor autografou seus livros, reconhecido por produzir algumas obras de destaque sobre a temática da escravidão e as insurreições por parte dos

⁴ Entre os grupos formadores do Centenário da Abolição estavam: Movimento Negro de Campina Grande; Grupo Afro-Brasileiro Campinense; Memorial Zumbi; Grupo de Cultura Folclórica Acauã da Serra; Grupo de Capoeira Badauê dos Palmares; Grupo de Capoeira São Braz; Associação Campinense de Poetas e Escritores; Associação de Teatro Amador de Campina Grande; Diocese de Campina Grande (Pastoral); Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande; Centro Acadêmico de História/UFPB, Campus II; Sociedade de Amigos de Bairro do São José. Lista dos organizadores disponível no acervo do professor Josemir Camilo sobre a Comissão do Centenário da Abolição.

escravizados no Brasil, dentre elas: *Palmares: guerra dos escravos; Insurreições escravas; escravos e senhores de escravos; O escravismo brasileiro*. Com a temática "Quilombo dos Palmares" o escritor e especialista em história africana Décio Freitas palestrou sobre Zumbi e o reino de Palmares como uma das resistências dos escravizados no Brasil. Abaixo podemos ver o material com a programação da tarde e da noite do ciclo de debates:

Imagem 5 - Material de Divulgação do I Ciclo de Debates sobre o Negro, Campina Grande, PB. 1988



Fonte: Acervo do Prof. Josemir Camilo, s.d..

O Movimento Negro possuía cartilhas, documentos e formas de comunicação escrita para se comunicar com a população e com seus militantes, mas também sabemos que a palavra se evocava nas praças, nos cânticos da capoeira e mesmo nos terreiros ou em músicas de grupos afro que são também formas de resistência e práticas políticas de manifestação e evidenciação do povo negro e de sua insatisfação, neste caso a racial e social, pois compreendemos Movimento Negro como:

[...] movimento social que tem como particularidade a atuação em relação a questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégia políticas, de iniciativas educacionais etc. O que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social (PEREIRA, 2010, p.81).

O Movimento Negro, dessa maneira, é visto como uma articulação de diversas entidades que dialogam em relação à questão racial, pautando projetos, ações e políticas para a população negra, tendo como organizadores e líderes desses movimentos o próprio povo negro, seja no âmbito da cultura, da arte ou da política.

Em Campina Grande se vê algo deste tipo quando, no ano de 1988, se uniram diversos grupos em uma única direção: lutar por melhores condições para o povo negro campinense e com intuito de trazer também a educação racial, buscando a afirmação da identidade negra.

Esta educação racial e também a afirmação da identidade negra eram feitas através da capoeira, dos grupos folclóricos ou do movimento social em específico que distribuía panfletos, fazia reuniões e falas públicas em protestos onde mencionavam e tornavam populares nomes como Zumbi dos Palmares, Dandara, entre outros que lutaram contra a escravidão, a exploração do povo negro e, posteriormente, contra o racismo, já no pós-abolição.

A união dos grupos se materializou na criação comissão para discutir o Centenário da Abolição, que reuniu diversos coletivos e gerou protestos na cidade no exato dia 13 de maio de 1986, na Praça da Bandeira, centro de Campina Grande:

Imagem 6 – Ato público na Praça da Bandeira



O ato público na Praça da Bandeira do Movimento Negro não teve um grande público

Fonte: Foto do autor, 2021. (Acervo Átila de Almeida, Diário da Borborema, Campina Grande, sexta-feira 13 de maio de 1988).

Foi então que, em Campina Grande, na Paraíba, por meados de 1986, o movimento negro tomou corpo e passou a atuar como coletivo organizado do povo negro campinense, buscando enfatizar a luta antirracista na Paraíba, os seus líderes

e acontecimentos que marcaram o Estado e a cidade de Campina Grande. Foi no ano de 1988 que se percebeu a maior mobilização do povo negro organizado na cidade, buscando se contrapor ao 13 de maio como data comemorativa pelo Centenário da Abolição (1888), ou seja, da libertação do povo negro brasileiro.

Com cartazes, cartilhas, apresentações culturais, discussões em praças públicas, museus ou auditórios de universidades e demais espaços sociais, os militantes do MNCG colocaram em pauta o 20 de novembro e sua importância como um marco popular da negritude, manifesta em Zumbi, que foi traído e assassinado como o último grande líder quilombola que resistiu à escravidão e ao domínio português no Brasil.

Essas discussões causaram uma afronta à ideologia dominante no país sobre as relações étnico-raciais que eram legitimadas pelos governantes, instituições públicas e alguns intelectuais como uma “Democracia Racial”, ou seja, especialmente no Brasil, por sua formação miscigenada através da colonização portuguesa e da relação destes com os povos indígenas e africanos, o país se formou como diverso e que sabia conviver com esta diversidade de raças de modo pacífico, não segregado como em demais países, a exemplo dos Estados Unidos da América e da África do Sul que viviam sob regime de Apartheid:

O Brasil comemora hoje os cem anos de abolição da escravatura. É uma data festejada por todos os brasileiros, indistintamente, simbolizando o sentimento de igualdade que marca, de forma bastante singular, a democracia racial que nos destaca entre as grandes nações do mundo[...] (DIAS; CARDOSO, 2021, p.389-390).

Nesta fala, o governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Burity, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) expressou nitidamente a narrativa para o país idealizada por Gilberto Freyre que reconhecia os conflitos raciais, mas afirmava que em nosso país as raças viviam, embora com conflitos, de forma harmoniosa e que a "democracia racial" seria nosso trunfo enquanto nação, algo que foi utilizado pela ditadura varguista (1937-1945), conhecida como Estado Novo, e até na Ditadura Militar (1964-1985), para perseguir os movimentos sociais da negritude que desnudavam esta ideologia ao mostrar a existência da violência racial no país. (FERNANDES, 2017)

Os movimentos sociais pressionavam o Estado e as instituições públicas para que políticas de reparação histórica, assim como de âmbito educacional, cultural e social fossem aprovados, para que o povo negro brasileiro conseguisse se afirmar realmente como cidadão brasileiro, que tivesse seus direitos assegurados e sua identidade respeitada na sociedade, assim como, a partir desses avanços pudesse galgar espaços de ascendência no país e participar ativamente de suas decisões e lugares de poder e comando no meio político e econômico.

Vale a pena salientar que raça e classe são categorias de análise social que devem andar juntas, pois no Brasil a classe trabalhadora se faz entre uma maioria de pessoas negras que muitas vezes não afirmam sua negritude e que, com movimentos de teor racial, para além de entidades de classe como os sindicatos, podem somar na luta de conscientização social e racial necessária à transformação social, ao movimento de construção de um sujeito histórico que atua no meio social buscando se colocar historicamente como participante, como sujeito coletivo dos processos de transformação na sociedade.

Foi assim que atuou o movimento negro de Campina Grande ao somar diversas entidades à comissão do Centenário da Abolição, agindo de maneira a

propor uma outra política para o povo negro, uma outra forma de ensinar a História do Brasil, propondo debates acerca do negro no mercado de trabalho, formas de luta do povo negro na História do país, como vimos nos ciclos de debates e através dos protestos, como o da Praça da Bandeira, que expôs “o protesto” negro, como dizia Florestan Fernandes, buscando construir uma sociedade realmente democrática, com a participação de todos nas decisões do país e com o direito de todos sendo assegurado na materialidade da vida cotidiana, sem preconceito e discriminação de raça ou classe.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar tal temática objetivamos fomentar pesquisas desta natureza acerca da negritude campinense e suas formas de organização social em prol da igualdade racial. Buscando trabalhar com a história dos grupos marginalizados no meio social, enfatizando suas formas de resistência, luta e de contribuição para a construção e afirmação de uma sociedade mais democrática e de matriz pluricultural e pluriétnica que é o Brasil.

Denunciando o racismo, o movimento social negro atuou na cidade propondo outras perspectivas políticas e culturais com a capoeira, danças folclóricas e demais grupos que atuaram à frente da Comissão da Abolição, buscando trabalhar com uma contra narrativa histórica com a perspectiva do povo negro evidenciada como ator social que teve papel importante na luta e resistência pelo fim da escravidão, assim como ainda atua em busca da igualdade racial e do aprofundamento da democracia, lutando contra o racismo vigente no país.

Situamos a cidade e suas representações nos jornais como cidade do trabalho e das oportunidades, mas que, em sua materialidade cotidiana oferecia trabalhos braçais extremamente precários para os trabalhadores que vinham das zonas rurais. O contexto de carestia, fome, crescimento populacional e favelização são a tônica dos anos de 1980 e desse contexto emerge o Movimento Negro, que pauta o trabalho, a situação da mulher negra na sociedade, as formas de luta e resistência afro-brasileiras em nosso país através de debates, comissões, protestos e aulas, já que grande parte do movimento era composto por professores e professoras universitários.

Com nosso Trabalho de Conclusão de Curso optamos pela história dos vencidos, dos de baixo, como se atenta um historiador que se envereda pela dimensão da História Social, compreendendo que o ofício do historiador e o produto do seu trabalho é também uma produção que impacta a formação política e constrói a noção de História para o país. Desse modo, lutamos para que seja evidenciada a História dos que não tiveram história ou foram marginais em suas linhas produzidas pelos filhos da classe dominante.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Lúcio; MOURA, Evandro Ayres de; ANDRADE, Paes de; NASCIMENTO, Abdias. **Cem anos de liberdade – (1884-1984)**. Coordenação de publicações. Brasília, 1984.

ATO PÚBLICO NA PRAÇA DA BANDEIRA DO MOVIMENTO NEGRO NÃO TEVE GRANDE PÚBLICO. **Diário da Borborema**. Campina Grande, sexta-feira 13 de maio de 1988

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. **Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BARROS, José de Assunção. A História social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**. n° 15, 2005

CHARGE. **Diário da Borborema**. Campina Grande, segunda-feira, 22 de maio de 1988)

DIAS, Andrei Mazzola de Jesus; CARDOSO, Iris Borba. O Centenário da Abolição em Campina Grande: memória da história de luta do povo negro. In: **Pelas Veredas da História: textos em História Local / organizadores Jilton Joselito de Lucena Ferreira, Jessica Kaline Oliveira Santos**. 1. ed. Montadas, PB. UICLAP, 2021. Cap.16.

DOMINGUES, P. Movimento Negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. In: **O mito revelador**. 1° Ed – São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. 2011. 146f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2011.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2018. 400p.; 18 cm (Coleção L&PM POCKET; v.900).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990.

I CICLO DE DEBATES SOBRE O NEGRO. **Panfleto**. Campina Grande, PB, 1988.

Jornal dos Bairros. Especial. DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 1988. p.7.

LEITE SOFRE AUMENTO DE 21,8 POR CENTO. **Diário da Borborema**. Campina Grande, sexta-feira 13 de maio de 1988

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo negro: a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. 268f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PIMENTEL, Maria do Socorro. **A identidade dos trabalhadores negros na realidade educacional paraibana**. 1998. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

RIBEIRO, Mônica dos Santos. **Resistência e Negritude em Campina Grande: o movimento negro no Centenário da Abolição**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande, 2014.

SANTOS, Rosenverck Estrela. Marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.34, p 100-113, jan/jun.2015.

SILVA, Alan Franca Paiva. A cidade pelos chapeados: Campina Grande. 1980-1990. UNICAMP, 2018 – **Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral**: testemunhar por Imagens.